



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDICATO DOS FISCALIS, AGENTES DE ARRECADAÇÃO E AMBIENTAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA (SINFAR) REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2024, AUDITÓRIO DO MARIA NEVES DO HOTEL RELICÁRIO, EM ARAGUAÍNA.

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, nos termos do Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinaria, publicado no dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e quatro, afixada nos locais conforme rege o estatuto do sindicato realizou-se a Assembléia, em primeira convocação às nove horas e trinta minutos e como não houve quórum, aguardou-se por trinta minutos para a segunda convocação. Às nove horas e trinta minutos, em segunda convocação, com presença da Presidente do SINFAR Monike da Silva Oliveira e do Sr. Janilson Oliveira Secretário Geral-Administrativo foi dado início à Assembleia Geral Ordinária. A Presidente iniciou a leitura do edital de convocação: *EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA Convocamos os Agentes de Arrecadação, Auditores Fiscais, Fiscais Ambientais, Fiscais Epidemiológicos, Fiscais de Posturas e Edificações, Fiscais Sanitários e Fiscais de Tributos, para participarem de uma Assembleia Geral Ordinária que acontecerá no dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00, no Auditório do Maria Neves do Hotel Relicário, localizado à Av. José de Brito Soares, 777, Setor Anhanguera. Na ocasião, trataremos da seguinte pauta: 1. Plano de atividades e Previsão orçamentária para o ano de 2025; 2. Outros assuntos de interesse. Araguaína-TO, 17 de dezembro de 2024. Monike da Silva Oliveira, Presidente do SINFAR.* A presidente agradeceu a presença de todos projetou uma apresentação em Powerpoint das pautas da assembléia. Iniciando pela pauta (1) *Plano de atividades e Previsão orçamentária para o ano de 2025*, a presidente fez uma explanação sobre as atividades que foram executadas em 2024, como as negociações entorno da pauta “triênio dos fiscais” e “isonomia de cotas” equiparando-os às cotas dos fiscais de tributos e auditores fiscais, mas que ao final toda a negociação isso não se concretizou; disse que se reuniu com representante da Gestão para dar continuidade à doação de área para construção da sede do sindicato, mas até o momento está não houve evolução no andamento da demanda; disse que tem acompanhado os processos judicializados que o sindicato possui, como por exemplo os adicional de titulação dos servidores que entraram com pedido em 2019 e 2023; que o



processo de “legitimidade do SINFAR” ainda está em andamento mesmo após todos esses anos; disse que em relação ao processo de reconhecimento da contagem de tempo comum para especial o sindicato havia perdido em 1ª e 2ª instância, porém em 2ª instância por decisão dividida e que agora o SINFAR recorreu para a instância superior. Disse que esteve acompanhando a revisão do estatuto do servidor, mas que após a prefeitura ter informado em 2023 que não havia condições de fazer o PCCR e a revisão do estatuto, tudo ficou parado; disse que estava cobrando da Gestão a lei de estruturação de cargos do IMPAR e outras leis que estavam prejudicando o Instituto de Previdência; disse que como puderam acompanhar nos últimos dias sobre o envio do projeto de lei de revisão do estatuto dos servidores, a Gestão em momento nenhum chamou os sindicatos para debater sobre o projeto de lei, que foi tudo de maneira unilateral e que retirou diversos direitos dos trabalhadores, sobretudo dos fiscais. A presidente continuou falando sobre o balanço de 2024: não foram feitos cursos para o servidor do fisco, pois tiveram um ano eleitoral muito conturbado e voltou sua concentração para a regularização do triênio dos fiscais e isonomia de cotas, mas que ainda deseja fazer curso de defesa pessoal para os filiados interessados; disse que tentou negociar com o prefeito a data-base de 2024, mas o prefeito apenas chamou os sindicatos para comunicar o percentual, sem abertura para negociações; disse que continuou fazendo o acompanhamento dos novos pedidos de adicional de titulação e aperfeiçoamento, que no momento apenas um processo aguarda publicação; disse que realizou muitas outras atividades principalmente àquelas voltadas para a cobrança da correta administração e gerenciamento do Instituto de Previdência. Como proposta de atividades para 2024, ficou sugerido: *Dar continuidade no acompanhamento das leis do IMPAR que tratam sobre a consolidação, criação de cargos e outras alterações; dar continuidade nas negociações sobre a inclusão do triênio para os servidores da fiscalização; dar continuidade nas negociações sobre a isonomia (unificação) do valor das cotas da produtividade entre cargos de fiscalização; acompanhar a revisão do Estatuto do Servidor e PCCR do Quadro Geral; articular com a Câmara Municipal e Prefeitura a conquista da doação de terreno da prefeitura para construção sede do SINFAR; acompanhar os processos judicializados como os de adicionais de titulação e aperfeiçoamento, legitimidade do SINFAR, reconhecimento do período de aposentadoria especial por periculosidade, e outros que possam vir a serem impetrados; realizar requerimento ao Prefeito para a implementação da Data-base*



2025, com a atualização da tabela de progressões publicada em diário; realizar o acompanhamento dos pedidos de reconhecimento de adicionais de titulação e aperfeiçoamento, sob reanálise e os novos protocolados. A presidente perguntou se algo a mais deveria ser acrescentado no plano de atividades do SINFAR e como não houve sugestões passou para a proposta orçamentária. A presidente disse que a proposta orçamentária é baseada no saldo que os sindicato possui em conta somado às previsões de recebimento de contribuições associativas, aos rendimentos do saldo da conta e valores a receber; como gastos dos sindicato disse estão previstos custos com atividades permanentes do sindicato, estruturação material, pagamento de contratos e viabilização das atividades sindicais; disse que a previsão da origem de recursos é de total de R\$ 507.715,90 (quinhentos e sete mil setecentos e quinze reais e noventa centavos) e a previsão de aplicação de recurso será de R\$ 182.700,00 (cento e oitenta e dois mil e setecentos reais), restando um saldo de R\$ 325.015,90 (trezentos e vinte e cinco mil quinze reais e noventa centavos). A presidente falou que estão relacionados em uma tabela controle todos os bens móveis do SINFAR, desde cadeiras a notebook e informou que os valores de cada um é calculado de acordo com o ano de aquisição e a depreciação esperada de cada objeto por ano, e que os objetos estão à disposição dos filiados caso necessitem usar. A presidente disse que tudo está detalhado no Plano de Atividades e Previsão Orçamentária para 2025 que ficará disponível no sindicato e no site. Questionou se havia alguma dúvida ou alguém gostaria de sugerir mais alguma proposta na dotação orçamentária. Não havendo manifestações, a presidente colocou em votação o plano de atividades e previsão orçamentária para 2025, que foi aprovada por unanimidade. Passando para a pauta (2) *Outros assuntos de interesse*, a presidente explanou brevemente sobre a Assembleia Geral Extraordinária do dia 17 de dezembro e de tudo que havia sido deliberado; disse que em 2025 ocorrerá as eleições do SINFAR e que ela não colocará chapa para concorrer à presidência; disse que o processo da eleição iniciará 180 dias antes do fim do mandato; disse que pela nova lei do estatuto dos servidores, o presidente ou diretor não terá direito a licença classista remunerada, tampouco direito as progressões inerentes à qualquer servidor; disse que acredita que a intenção da Gestão é perseguir e enfraquecer o sindicato, pois o servidor com mandato classista terá que conciliar o seu trabalho e as atividades do sindicato; disse que a licença classista sem remuneração é uma punição ao servidor ao não permitir a progressão,



uma vez que com a licença ele teria a imunidade contra possíveis processos administrativos disciplinares, porém mesmo trabalhando ele não poderia progredir na carreira por conta da licença, tendo que optar por se “sacrificar” em razão da luta pelos direitos dos servidores; disse que entrará na justiça para questionar a inconstitucionalidade da lei municipal e para garantir a licença remunerada pelo menos até o final do seu mandato. O Sr. Thiago Barros questionou se há a possibilidade de uma gratificação ao presidente do SINFAR para que tenha uma remuneração pelo trabalho realizado. A presidente disse que iria verificar no estatuto a possibilidade. Thiago Barros diz que a remuneração poderia ser um valor um pouco acima do salário mínimo e sugeriu até um aumento da contribuição associativa para o pagamento desse valor. Grande parte dos presentes discordou da sugestão de aumentar a contribuição associativa. A presidente disse que caso tenha previsão no estatuto, ela acredita que o sindicato consegue pagar essa gratificação sem aumentar a contribuição associativa, uma vez que até novembro de 2024, o sindicato havia gastado aproximadamente R\$ 62.000,00, sendo a arrecadação anual apenas com contribuições é de cerca de R\$ 100.000,00; disse que irá verificar isso no estatuto e caso fosse possível iria chamar assembleia geral para decidir valores. Para finalizar, a presidente disse que os brindes de final de ano estariam disponíveis para serem retirados durante a assembleia ou na sede do sindicato; disse que são brindes que sempre visam serem utilizados como ferramenta de trabalho e exprime a valorização que cada filiado tem para o sindicato. Por fim, não havendo dúvidas ou manifestações feitas pela assembleia, a presidente Monike agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária às 11 horas. A Ata, após ser lavrada, foi lida e aprovada, foi assinado por mim, Janilson Oliveira, que secretariei os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, tendo em suma a deliberações da assembleia *(1) Plano de atividades e Previsão orçamentária para o ano de 2025 **aprovada*** e a lista com as assinaturas dos demais presentes seguindo anexa.

Monike da Silva Oliveira
Presidente SINFAR

Janilson Oliveira Cruz
Diretor Secretário-Geral e Administrativo